



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 11065.003744/2002-18  
**Recurso nº** Voluntário  
**Resolução nº** 3101-000.112 – 1<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Data** 27 de agosto de 2010  
**Assunto** Conversão em diligência  
**Recorrente** FORMAX QUIMIPLAN COMPONENTES PARA CALCADOS LTDA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Por unanimidade de votos, converteu-se o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto da Relatora.

HENRIQUE PINHEIRO TORRES - Presidente.

RODRIGO MINEIRO FERNANDES - Redator designado *ad hoc*.

EDITADO EM: 30/06/2015

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Henrique Pinheiro Torres (Presidente), Corintho Oliveira Machado, Luiz Roberto Domingo, Vanessa Albuquerque Valente, Valdete Aparecida Marinheiro e Tarásio Campelo Borges.

### **Relatório**

Por bem descrever os fatos, adoto o relatório da decisão recorrida (fls. 290 a

292):

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 09/07/2015 por RODRIGO MINEIRO FERNANDES, Assinado digitalmente em 09/07

/2015 por RODRIGO MINEIRO FERNANDES, Assinado digitalmente em 24/07/2015 por HENRIQUE PINHEIRO TORRE

S

Impresso em 27/07/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

*Trata o presente processo de auto de infração lavrado para constituição e exigência de crédito tributário no valor de R\$ 811.998,31, referente a Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados, multas de ofício e juros de mora, em função de reclassificação de mercadoria importada.*

*Depreende-se da descrição dos fatos da peça acusatória que o interessado, ao realizar importação por meio da Declaração de Importação IV 01/0004766-6 (fl.90, 91 e 92), classificou a mercadoria descrita como produto químico orgânico de constituição química definida composto heterocíclico resultante da polimerização da Epson Copio/aciona, Tone (TM) Polymer F-3611 na NCM 2932.29.90 — Outros lactonas, sobre a qual incide aliquotas de Imposto de Importação (II) de 4,50% e de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 0,0%. O fabricante do produto importado é a empresa Union Carbide Corp. dos Estados Unidos.*

*Durante o procedimento de verificação física, a autoridade preparadora retirou amostra do produto e encaminhou ao Laboratório Nacional de Análises Luiz Angerami — Labana, que emitiu o Laudo nº 0448.01 (fl.33) concluindo que se trata de Poli (Copio/aciona) Diol sem carga inorgânica, na forma de grânulos.*

*Em função do resultado da análise laboratorial, foi realizada revisão aduaneira das Declarações de Importação de números 00/0779440-6, 00/0829164-5, 00/0919255-1, 00/0968554-0, 00/1003509-0, 00/1049901-0, 00/1118216-9, 00/1213391-9, 01/0004766-6, 01/0041372-7, 01/0041374-3, 01/0075554-7, 01/0075556-3 e 01/0136981-0, todas do mesmo importador, para o mesmo produto, do mesmo fabricante, sendo reclassificadas as mercadorias para a NCM 3907.99.99, com aliquotas de Imposto de Importação de 17,00% e 16,50% e de Imposto sobre Produtos Industrializados de 10,00% e 5,00% dependendo da data de registro da Declaração de Importação. As Declarações de Importação foram registradas no período de 18/08/2000 a 08/02/2001.*

*Em decorrência dessa nova classificação fiscal foram constituídos autos de infração para cobrança da diferença de Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados, bem como das multas da Lei nº 9.430/96, art. 44, I e da Lei IV 4.502/64, art 80, com a redação dada pela Lei nº 9.430/96, art. 45, para todas as Declarações de Importação que foram desembargadas para o produto em questão, citadas acima.*

*Regularmente intimada (fl.01), a interessada apresentou impugnação tempestiva às folhas 148 a 181, com documentos anexados as folhas 182 a 206.*

*A impugnante alega mudança de critério jurídico pelo fato de que a revisão aduaneira ocorreu após os 5 (cinco) dias úteis posteriores ao término da conferência aduaneira, como entende determinar o artigo 50 do Decreto-lei 110 37/1966 e o artigo 146 do CTN.*

*Transcreve artigos citados no embasamento legal do auto de infração, para concluir que não vislumbra qual deles teria infringido para justificar a exigência do crédito tributário.*

*Ao explanar sobre a identificação do produto, cita laudos e pareceres técnicos que diz ter utilizado no processo IV 11050.003100/99-12, sobre o produto Tone Polymer P-767, e informa ainda estar aguardando julgamento em primeira instância. Afirma que o produto Tone Polymer F-3611, alvo da autuação atual, difere daquele exclusivamente por apresentar ponto de fusão um pouco mais elevado.*

*Informa que, A vista do cerceamento do direito de defesa ocorrido, encaminhou a amostra lacrada com o selo aduaneiro nº 3640 de que trata o Termo de Coleta de Amostra da DI nº 01/0004766-6 (fl.30), para análise na CIENTEC — Fundação de Ciência e Tecnologia, órgão oficial do Estado do Rio Grande do Sul, que emitiu o relatório nº 5555 113496, com cópia anexada às fls. 204 a 206.*

*A impugnante faz uma análise de todos os laudos em conjunto, inclusive aqueles referentes ao produto Tone Polymer P-767, para concluir que a classificação fiscal que adotou é a correta e não aquela utilizada pela fiscalização.*

*Informa que o resultado do laudo do Labana é limitado h amostra recebida pelo mesmo, conforme nota impressa no mesmo, não podendo o fisco ampliar seus efeitos. Defende que as Declarações de Importação as quais não foram retiradas amostras para análise, não são passíveis de nova classificação fiscal, conforme decisões que cita.*

*Cita o Ato Declaratório Interpretativo nº 13/2002, para embasar sua tese de que a multa do artigo 44, inciso I da Lei nº 9.430/1996 não é aplicável, pois entende que a mercadoria esta devidamente descrita nos documentos e nas Declarações de Importação.*

*Entende que se aplica da mesma forma esse entendimento á multa prevista no artigo 45 da Lei nº 9.430/96. Observa que a fiscalização enquadrou a multa relativa ao IPI erroneamente no artigo 44 e não no artigo 45 daquela lei.*

*Defende ainda que os juros moratórios são indevidos consoante jurisprudência administrativa do Conselho de Contribuintes, bem como as multas inconstitucionais por terem caráter confiscatório.*

*Requer a elisão integral do crédito tributário exigido.*

*Em razão de dúvidas quanto à natureza do produto importado foi determinada análise de contra-prova do mesmo. Atendendo à diligencia, o Laboratório de Analises Falcão Bauer emitiu o Laudo de Análise nº 2057/2007-1 (fls.231 a 233), no qual responde aos quesitos formulados pela autoridade julgadora e pela interessada (fls.229 e 230).*

*Cientificada do resultado da diligência, a interessada apresentou aditivo A impugnação (fls. 240 a 258), no qual, basicamente, reafirma os argumentos antes expostos.*

*Especificamente em relação ao laudo novel, a impugnante o analisa, concluindo que "não se insurge contra as características e composição química do produto atribuída pelo Laudo", afirma apenas que o produto em questão pertence ao grupo das lactonas. Diverge também em relação à conclusão de que o produto*

Documento assinado digitalmente com o CM 11.2.2002 CC 24/07/2015  
Autenticado digitalmente em 09/07/2015 por RODRIGO MINEIRO FERNANDES, Assinado digitalmente em 24/07/2015 por HENRIQUE PINHEIRO TORRE /2015

S

3

*que, pelo fato de o produto importado possuir formula industrial definida, deve ser considerado como de composição química definida. Defende que, devido aparente contradição entre os laudos, deve-se aplicar o disposto no artigo 112 do Código Tributário Nacional. Faz análise da classificação fiscal para concluir que a classificação por ela adotada é a correta, chamando atenção para o fato de que nos processos 10494.000216/99-09, 11050.000418/99-05 e 11050.003100/99-00, a Segunda Turma de Julgamento da DRJ Florianópolis considerou ser a posição 2932.29.90 a classificação correta do produto. Volta a requerer a elisão do crédito tributário.*

A DRJ competente manteve o indeferimento do pleito e o contribuinte recorreu a este Conselho.

## Voto

Conselheiro Rodrigo Mineiro Fernandes – redator *ad hoc*

Por intermédio do Despacho de fls. 339, nos termos da disposição do art. 17, III, do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – RICARF, aprovado pela Portaria MF 256, de 22 de junho de 2009, incumbiu-me o Presidente da Turma a formalizar a Resolução **3101-000.112**, não entregue pela relatora original, Conselheira Vanessa Albuquerque Valente, que não integra mais nenhum dos colegiados do CARF.

Desta forma, a elaboração deste voto deve refletir a posição adotada pela relatora original e pelos demais integrantes do colegiado.

*O presente processo não se encontra em condições de ser julgado por esse colegiado, tendo em vista a insuficiência de seu conjunto probatório.*

*Diante disso, converto o julgamento do recurso voluntário em diligência para que a autoridade lançadora complemente as informações prestadas pelo Laboratório de Análises I.A. FALCÃO BAUER em 28/4/2007, o qual emitiu o Laudo de Análise nº 2057/2007-1, com a resposta ao quesito originalmente formulado pela Recorrente: "Trata-se de um composto heterocíclico exclusivamente de heteroátomo de oxigênio?".*

*Após a manifestação da DRF, deverá ser intimado o contribuinte para, querendo, manifestar-se no prazo de 30 (trinta) dias, com posterior retorno dos autos para julgamento.*

E essas são as considerações possíveis para suprir a inexistência do voto.

Rodrigo Mineiro Fernandes – Redator *ad hoc*